

Comandar em África, 1914-1918: uma Abordagem Metodológica

Miguel Freire

Tenente-Coronel de Cavalaria colocado na Academia Militar onde é professor da Unidade Curricular Tática de Cavalaria I e II e diretor da biblioteca. Lidera o projeto de investigação do CINAMIL sobre “Uma forma portuguesa de comando e liderança militar na Grande Guerra – África”. Tem o Curso de Estado-maior, é Mestre (pré-Bolonha) em Relações Internacionais pela Universidade Lusíada e doutorando em História e Estudos de Segurança e Defesa no ISCTE-IUL.

Resumo

O artigo apresenta de forma sucinta o projeto “Uma forma portuguesa de comando e liderança militar na Grande Guerra – África”, financiado pelo Centro de Investigação da Academia Militar (CINAMIL). Assim, faz-se uma breve referência ao objetivo do projeto e à equipa de investigadores e de seguida, numa forma mais detalhada, aborda o debate metodológico do Grupo de Investigadores.

Abstract

To Command in Africa, 1914-1918: a Methodological Approach

The article presents the project “A Portuguese way of leading troops during Great War – Africa” which is financed by the Portuguese Military Academy Research Center (CINAMIL). It starts with a brief explanation about the project purpose and its researchers’ team. It also provides a more detailed discussion about the selected methodological approach.

Introdução

A pertinência do tema da liderança no contexto da Grande Guerra, nomeadamente em África, advém do facto de neste período a situação que as unidades do Exército português e os seus comandantes enfrentaram, logo no início das hostilidades, com a projeção para este continente de forças para a defesa da integridade dos territórios coloniais, ser completamente atípica pela introdução de duas novas realidades:

- (1) Um adversário técnico e taticamente superior. Em 1914 era muito provável um combate em território africano contra as forças alemãs, o que marcava uma rotura completa com os empenhamentos em África das últimas décadas.
- (2) Um exército inoperante. Desde a implantação da República, em 1910, que se vivia a nível nacional um ambiente de extrema instabilidade político-social que se repercutia em todos os setores da sociedade. O Exército português não estava alheio a este ambiente porque tinha sido e continuava a ser um dos protagonistas desta instabilidade e, por isso, absorvia também nas suas fileiras as cisões da própria sociedade que lhe minavam a disciplina e, por consequência, a sua capacidade de combater.

Ao contrário da maior parte dos países ocidentais¹, a historiografia militar nacional não se tem debruçado de uma forma científica sobre o comando e liderança militar traduzidos no desempenho dos oficiais do Exército no exercício de funções de comando em operações de combate. Na realidade, desde o início do século XX, com as campanhas de pacificação nas diversas possessões ultramarinas, no período da Grande Guerra, em África e na Europa, e mais tarde nas campanhas de 1961-1974, Portugal viu sucessivas gerações de oficiais comandarem unidades em combate, ou contra adversários tática e tecnologicamente superiores – como foi o caso da Alemanha, na Grande Guerra – ou contra adversários que embora não fossem superiores tecnologicamente constituíam, pelo conhecimento e domínio do teatro de operações e convicção na causa, uma ameaça exigente. Apesar da dimensão destes empenhamentos não existem obras nacionais de referência sobre esta matéria.

Por outro lado, dentro do próprio exército, e uma vez mais em dissonância com o que se passa nos exércitos dos países aliados, não existe doutrina nacional sobre comando e liderança militar que substancie a formação de todos os seus quadros – independentemente da categoria de oficial, sargento ou praça –, qualquer que seja o vínculo profissional – do quadro permanente ou no regime de voluntariado ou

1 Talvez um dos mais ativos neste domínio seja o Reino Unido com Bowman e Connelly (2012), Jones (2013), Simpson (2014), e com a recente obra de Hodgkinson (2015). No caso do Canadá ver Brennan (2006) mas também de países mais pequenos ver Villemi (2010). No caso dos Estados Unidos da América e relativo à Segunda Guerra Mundial ver Barry (2013).

contrato. No caso dos manuais doutrinários sobre comando e liderança militar, a história é habitualmente o suporte de onde se extraem valores e as competências associadas a desempenhos relevantes. No caso do Exército português, a inexistência de doutrina nacional sobre comando e liderança militar – apesar da existência de alguns trabalhos com caráter científico nesta matéria – tornam ainda pobre a formação inicial e contínua de todos os quadros do Exército português.

O presente texto tem dois objetivos: primeiro, apresentar de forma sucinta o projeto intitulado “uma forma portuguesa de comando e liderança militar na Grande Guerra – África”, financiado pelo Centro de Investigação da Academia Militar (CINAMIL), fazendo uma breve referência ao objetivo do projeto e à equipa de investigadores; segundo, e de uma forma mais detalhada, abordar o percurso metodológico percorrido pelo grupo de investigadores do referido projeto, e difundir algumas das primeiras tendências. A sua organização reflete estes dois objetivos terminando com uma terceira parte dedicada ao futuro do projeto.

O Projeto

O objetivo principal do projeto é caracterizar uma “forma portuguesa de comando e liderança militar na Grande Guerra” especificamente em África, no contexto das expedições para Angola e Moçambique de 1914 a 1918, contribuindo para um referencial de comando e liderança militar que possa orientar para desempenhos relevantes em condições de extrema adversidade caracterizada por ambientes físicos hostis, escassez de recursos humanos e materiais.

O estudo centra-se exclusivamente no desempenho dos oficiais comandantes de nível tático de unidades do exército mobilizadas a partir de Portugal continental. O universo em questão é de cerca de meia centena de oficiais. Para a prossecução do objetivo principal seguem-se três linhas de investigação denominadas por “oficiais comandantes”, “unidades mobilizadas” e “exército e sociedade” que se expandem nos seguintes Objetivos Parcelares (OP):

OP #1 – “Qual a formação académica e técnica dos oficiais comandantes das unidades mobilizadas para África no período 1914-1918?”. Este OP enquadra-se na linha de investigação “exército e sociedade” e pretende identificar o padrão da formação académica;

OP #2 – Qual o perfil sociológico dos oficiais comandantes das unidades mobilizadas para África no período 1914-1918?”. Este OP enquadra-se nas linhas de investigação “oficiais comandantes” e “exército e sociedade” e pretende identificar o perfil sociológico dos oficiais em análise;

OP #3 – “Como é que se caracterizava a cultura de comando de tropas no Exército Português no período de 1914-1918?”. Enquadra-se na linha de investigação “exército e sociedade” e pretende descrever a cultura institucional de comando no Exército em vésperas da Grande Guerra;

- OP #4 – “Qual o empenhamento operacional das unidades mobilizadas para África e o respetivo desempenho em combate?”. Enquadra-se na linha de investigação “unidades mobilizadas” e pretende sistematizar o desempenho operacional das unidades dos comandantes em estudo;
- OP #5 – “Qual a perceção de outros atores (aliados e adversários) sobre o desempenho das unidades e respetivos comandantes do Exército português?”. Este OP concorre para as linhas de investigação “oficiais comandantes” e “unidades mobilizadas” e pretende identificar a perceção ou análise feita pelos aliados (britânicos) e pelo inimigo (alemães) do desempenho operacional das expedições portuguesas e dos principais oficiais envolvidos;
- OP #6 – “De que forma o desempenho das unidades é consequência dos respetivos comandantes?”. Este OP concorre para as linhas de investigação “oficiais comandantes” e “unidades mobilizadas”, e pretende cruzar o perfil do comandante com o desempenho operacional da unidade;
- OP #7 – “Como pode ser interpretado o sucesso e o insucesso operacional das unidades com base no perfil dos seus comandantes?”. Este OP concorre para as linhas de investigação “oficiais comandantes” e “unidades mobilizadas”, e pretende identificar os atributos e qualidades pessoais/profissionais dos comandantes que conduziram operações militares com sucesso, e identificar as vulnerabilidades ou os condicionalismos externos que poderão ter estado na origem de resultados desastrosos traduzidos em sofrimento e perda de vidas humanas.

Depois de compreendermos o que é o projeto em curso e mesmo antes de detalhar o percurso metodológico, importa fazer uma breve análise sobre o objetivo do projeto e da própria equipa de investigadores.

Objetivo e Investigadores

Financiado pelo CINAMIL, o projeto assume claramente o propósito de “contribuir para um referencial de comando e liderança militar que possa orientar para desempenhos relevantes em condições de extrema adversidade caracterizada por ambientes físicos hostis, escassez de recursos humanos e materiais” e que, por isto, permita robustecer o saber de experiência feita a ser colocado ao serviço da formação dos militares do Exército português, na forma de contributos para uma doutrina de Comando e Liderança.

Dada a natureza deste propósito não é de estranhar – mas também não era mandatório – que a constituição do grupo fosse maioritariamente composto por militares: oito dos nove elementos são militares, sendo seis oficiais do exército no ativo e um na reserva – com os postos de major e tenente-coronel – pertencentes à

Academia Militar (AM) e ao Instituto Universitário Militar (IUM), e dois são aspirantes a oficiais alunos da AM, portanto no princípio da sua vida militar. Um, e um só elemento, é civil e proveniente de uma universidade civil, mas com trabalhos académicos na área da sociologia militar e também com ligações familiares à instituição². A natureza profissional da maioria dos investigadores e o objetivo do projeto são influenciadores da forma como a investigação é conduzida. No fundo trata-se maioritariamente de membros de uma organização – neste caso o Exército português – a estudar outros elementos dessa mesma organização, separando-os pouco mais de cem anos. O espaço temporal que medeia entre estes dois grupos de membros (oficiais) da mesma instituição remete-nos para uma situação de *anthropology of the familiar*, ou seja, como refere Kirke (2013) a organização não é estranha aos investigadores naquilo que é a perenidade das características de uma instituição tendencialmente conservadora e que mantém praticamente inalterável a natureza da sua missão – o uso da força armada –, mas cuja evolução em cem anos distancia os investigadores das atitudes e pressupostos do grupo a ser estudado. Tem sido uma constante, nos trabalhos de análise às fontes, o paralelismo entre a realidade profissional de há cem anos com a que é vivida hoje pelos investigadores. Nesta fase da investigação, considera-se que o estatuto de oficiais do exército da maioria dos investigadores tem ajudado a alargar o leque dos indicadores e das fontes primárias a investigar, mas será um aspeto a ter em atenção no evoluir da investigação, e que muito provavelmente será objeto de uma reflexão própria do projeto, muito na sequência de reflexões de alguns sociólogos (Carreiras e Castro, 2013).

O Percurso Metodológico

A pesquisa é suportada em três linhas de investigação que se intercetam, mas que carecem de abordagens específicas e que têm levado a várias reflexões intra-projeto.

Exército e Sociedade

O Exército é sempre, em maior ou menor extensão, uma consequência da sociedade onde está inserido. A importância desta linha de investigação advém do facto de ser hoje um dado adquirido a influência que a cultura tem não só na forma como os exércitos são, mas também na forma como estes combatem os seus adversários no campo de batalha. A sociedade – no sentido cultural – “contém modos de pensamento e costumes que se refletem em conceções de política, género e religião, as quais têm impacto na forma como essas sociedades combatem. A cultura militar

2 Mesmo entre investigadores civis que se debruçam sobre a instituição militar, a ligação familiar destes pode não ser uma questão marginal, ver Castro (2013).

está usualmente relacionada com a sua parente que é a cultura civil, contudo mantém alguma distinção, compreendendo uma autodefinição do que é o exército, as tradições operacionais e a doutrina marcial” (Lynn, 2008, citado em Watson, 2008, p. 531).

A dificuldade desta linha prende-se com a existência de dois tempos distintos do que foi a sociedade portuguesa: o antes e o após a implantação da República. Consequentemente há um Exército antes da implantação da República e um após. Objetivar o que foi essa transição nas medidas decretadas para a passagem de um exército monárquico semiprofissional para o que deveria ser uma milícia de cidadãos (Matos, 2004) é relativamente fácil. Nas medidas que foram efetivamente tomadas torna-se mais exigente. O verdadeiramente difícil é perceber o impacto que tiveram na mudança da vida interna das unidades do exército, no próprio corporativismo militar (Freire, 2009) e na forma como os oficiais passaram a encarar o seu papel de comandantes e o Exército enquanto força armada pronta para combater (Carrilho, 1985; Telo, 2010).

A compreensão da cultura do Exército e em particular do seu corpo de oficiais, antes e depois da implantação da República, requer a sua compreensão no contexto alargado da sociedade (Winter, 2014), mas também na especificidade da *praxis* do Exército, nomeadamente nas rotinas, justiça e ética militar (Freire, 2011). Esta é a linha de investigação que se tem revelado mais difícil de explorar.

Oficiais Comandantes

Na linha de investigação – oficiais comandantes – e com os Objetivos Parcelares que lhe estão associados (2, 5, 6 e 7) foi necessário entender o “perfil sociológico” procurando os indicadores que se centrem nas principais tendências em relação às origens sociais, percurso académico e percurso profissional, no qual se destaca os parâmetros da experiência profissional, nomeadamente a experiência de serviço no ultramar, a experiência de comando, instrução e treino de tropas e em particular a eventual experiência de combate nas campanhas africanas (ou noutras) do fim do século XIX e início do século XX, bem como as funções de comando e/ou estado-maior desempenhadas em território nacional e nas colónias. Mas sem esquecer a perspetiva dos sociólogos da “sociocultura” dos militares, como um complexo interpretativo característico de um grupo social, integrando diversas dimensões de análise, a saber: “interesses (ou seja, lógicas de ação autocentradas); valores (que orientam em profundidade, a ação dos sujeitos, individuais e coletivos); atitudes (estrutura estável de opiniões e comportamentos); normas (prescrições detalhadas de procedimentos); práticas (desempenhos, experiências e sua racionalização); rituais (liturgia, gestos e expressões verbais, *habitus* estilizados); e símbolos (referências evocativas)” (Freire, 2011, p. 13).

Quadro 1 – Indicadores e parâmetros para um perfil sociológico

Contributos para um perfil sociológico	
Indicadores	Parâmetros
Origens sociais	Família; origem geográfica
Percurso académico	Antes e durante a frequência da Escola do Exército: currículo; registo disciplinar; classificação de curso; aptidões reveladas.
Percurso profissional	Tempo e experiência de serviço no ultramar, de comando, instrução e treino de tropas; experiência de combate; funções de comando e/ou estado-maior (em território nacional e/ou nas colónias); avaliações de desempenho.

Sobre esta linha de investigação o projeto teve já oportunidade de apresentar algumas das conclusões parciais a que tem vindo a chegar. No XXIII Colóquio de História Militar (Freire e Varanda, 2014), em novembro de 2014, apresentou uma comunicação que se enquadrou no OP #1 – “Formação Académica e Técnica” dos oficiais do Exército que comandaram unidades em África, e pretendeu contribuir para a resposta à seguinte questão central: “Qual a formação académica e técnica dos oficiais comandantes das unidades mobilizadas para África no período 1914-1918?” Para o efeito a investigação centrou-se na resposta a duas questões derivadas orientadas para o período em estudo (1880-1910): (1) De que forma os assuntos coloniais (militares e administrativos) faziam parte dos currículos dos diferentes cursos da Escola do Exército?; (2) Qual a “cultura de comando” que se ensinava na Escola do Exército?

Na resposta à primeira questão a investigação revelou que os assuntos coloniais aparecem nos currículos, apenas, com as reformas levadas a cabo após 1896 e consolidam-se: (1) nas vertentes administrativa, geográfica e organizacional com a 1.^a Cadeira que abarcava a geografia, a organização militar e geral das colónias; (2) na vertente militar operacional, nas 2.^a e 3.^a Cadeiras que abarcavam matérias como a tática de infantaria nas guerras coloniais, de elementos de pequena guerra e ainda de corpos irregulares e guerrilhas, e ainda nos fatores que influenciavam as guerras coloniais: o inimigo, o terreno, deficiência de comunicações, o clima, sua influência nas operações militares e os recursos; (3) e na vertente histórica na 3.^a Cadeira que contemplava as modificações a fazer na tática europeia segundo exemplos históricos que decorriam de expedições recentes como foram as campanhas nacionais de Moçambique entre 1894-98.

Na resposta à segunda questão as fontes consultadas foram manifestamente insuficientes para uma resposta cabal mas foi possível identificar alguns aspetos que levam a concluir que o “comando” e “ação de comandar” nunca se constituíram numa cadeira específica, nem tão pouco se encontram no descritivo programático

das cadeiras. Só nas sebtas de tática é que foram encontradas referências às qualidades dos comandantes militares, mas ainda assim numa lógica de combate clássico e em território europeu; contudo o assunto de “comando” e da “ação de comandar” constituiu-se no tema da Sessão Solene para inauguração dos Trabalhos Escolares no ano letivo de 1902-03, proferida pelo Major Fernando Maya. Nesta comunicação foi notório o peso dado à iniciativa como qualidade indispensável a um bom comandante.

Ainda nesta linha de investigação, em junho do corrente ano, no Seminário “Portugal e as campanhas de África: da imposição de soberania à Grande Guerra”, no Instituto Universitário Militar, o projeto apresentou a comunicação intitulada “Comandantes em África (1914-1918): Uma geração infortuna” (Assis, 2015). Nesta fase os investigadores centraram-se principalmente nos processos individuais dos oficiais em estudo existentes quer no Arquivo Histórico Militar, quer no Arquivo Geral do Exército. Foi também preciso compreender alguma da cultura institucional do próprio Exército, mas também da Escola do Exército, já que esta era central à compreensão do “percurso académico”.

Esta comunicação visou apresentar o estado da investigação relacionada com o objetivo parcial de compreender “qual o perfil sociológico dos oficiais comandantes das unidades mobilizadas para África no período 1914-1918”. Este Objetivo Parcial enquadrou-se nas linhas de investigação “oficiais comandantes” e “exército e sociedade”. Para o efeito e na fase inicial da investigação apresentou-se, apenas, o perfil sociológico dos oficiais comandantes das unidades mobilizadas para Angola durante a 1.ª Expedição – da projeção, em setembro de 1914, até ao combate de Naulila, em dezembro do mesmo ano – num total de nove oficiais.

A investigação permitiu concluir que os oficiais da 1.ª Expedição a Angola tiveram formações diversas tendo em conta o período de formação na Escola do Exército: os que entraram antes de 1897 e os que o fizeram após essa data. Seis oficiais na primeira situação, com uma formação militar mais clássica, sem abordagem a assuntos coloniais, ao contrário de outros três. Quanto à existência de formação académica superior pré-Escola do Exército, apenas existem dois elementos que não frequentaram o ensino superior antes de ingressar na Escola do Exército. Quanto à classificação final durante a frequência na Escola do Exército, salienta-se que na sua maioria os oficiais da 1.ª Expedição eram últimos de curso (5 em 9): um 50.º em 151 com 11,1 valores; um 64.º em 64 com 10,2 valores; um 14.º em 16 com 12,1 valores; um 55.º em 56 com 10,8 valores; e um 10.º em 12 com 11,7 valores. As outras quatro situações são: um 1.º em 7 com 14,9 valores; um 5.º em 64 com 12,8 valores; um 9.º em 54 com 12,9 valores; e um 20.º em 37 com 11,5 valores;

Por outro lado, comparando as origens geográficas com a região onde estavam sediadas as unidades que foram comandar, apenas dois não se encontravam neste padrão: um natural de Lisboa era comandante da 12.ª companhia do 3.º batalhão

de infantaria do Regimento de Infantaria (RI14), sediado em Viseu; e outro nascido no Brasil, tendo feito os seus estudos liceais na Guarda e em Coimbra, era comandante da 2.^a bateria de metralhadoras do 1.^o Grupo de Metralhadoras, sediado em Lisboa.

Analisando os referidos oficiais pelo seu percurso profissional até à 1.^a Expedição, temos como aspetos a considerar a idade e o tempo de serviço a contabilizar. Assim, verificouse uma média de 40 anos de idade e 20 anos de serviço, dos quais 11-12 anos em subalterno e 8-9 anos em Capitão. Quanto à experiência profissional verifica-se existirem quatro oficiais com experiência no ultramar, cinco com experiência de comando, instrução e treino de tropas e apenas três com experiência de combate. Por último, da análise feita às avaliações anuais dos oficiais em questão, verifica-se a existência de quatro deles com avaliações normais ou regulares, dois acima da média e dois excecionais.

De uma forma global, após a abordagem às origens, ao percurso académico e ao percurso profissional, de acordo com o tipo de carreira militar, segundo Morris Janowitz³, conclui-se que um único oficial se enquadra no perfil de carreira adaptativa, quanto ao tipo carreira-padrão pode-se inserir nele três casos, e no tipo rotineiro quatro. Para um dos oficiais não foi possível recolher informação suficiente.

Unidades Mobilizadas

Na linha de investigação – unidades mobilizadas – e com os Objetivos Parcelares associados (4, 5, 6 e 7) procura-se uma relação entre causa-efeito na condução das operações, principalmente no papel da liderança dos comandantes como causa dos efeitos obtidos – desempenho tático, baixas sofridas e infligidas, etc.. Claro que a liderança não é a única causa nem muito menos pode sequer ser isolada, mas pretende-se, decorrente das linhas de investigação anteriores, tentar compreendê-la enquanto variável não material influenciadora dos resultados de operações/com-

3 Morris Janowitz que distingue três tipos de carreira militar: “a carreira-padrão (*standard*), a rotineira, e a adaptativa. No primeiro caso o oficial segue um modelo de carreira que compreende etapas obrigatórias, mas que exigem particular empenhamento pessoal, como frequência de escolas de comando e de estado-maior e adequado cumprimento de determinadas funções. Na carreira tipo rotineiro, o oficial cumpre as regras mínimas estabelecidas, mas em momentos cruciais para a progressão para a carreira não lhe é dada a oportunidade – ou não a aceita – superar certos obstáculos, como cursos especiais, cargos de estado-maior, etc. Nas carreiras tipo adaptativo encontramos oficiais que seguem uma carreira-padrão, mas que investem (e arriscam) em experiências adicionais, como especialidades raras, novas, ou ainda em fase experimental. Embora a carreira-padrão constitua a forma mais segura de atingir uma elevada posição hierárquica, são as carreiras de tipo adaptativo – e não apenas no domínio técnico – que ocasionam ascensões mais rápidas e fulgurantes” (Janowitz, citado em Carrilho, 1985, pp. 53–54)

bate, tal como refere (Biddle, 2007). Para prosseguir na investigação e uma vez que se referem ideias de “empenhamento operacional” e “desempenho em combate”, entendeu-se que o conceito de *military effectiveness*⁴ fosse o ponto de partida para a procura de indicadores mensuráveis sobre o “empenhamento operacional” e o “desempenho em combate” das unidades estudadas. Murray e Millet (2010, p. 2) definem-na como o “processo através do qual as forças armadas convertem recursos em poder de combate”. Uma unidade militar completamente eficiente é a que consegue retirar o máximo da capacidade do poder de combate dos recursos física e politicamente disponibilizados. O poder de combate é a habilidade em destruir o inimigo enquanto se limitam os danos que este pode infligir⁵. No seguimento desta abordagem, os mesmos autores traduzem a *effectiveness* em quatro níveis diferentes – o político, o estratégico, o operacional e o tático⁶ (Murray e Millet, 2010, p. 4). O nível que interessa nesta investigação é o tático que segundo os mesmos autores, é definido como “o nível da atividade militar que se refere às técnicas específicas usadas pelas unidades militares para combater em empenhamentos a fim de garantir os objetivos operacionais. As atividades táticas envolvem o movimento de forças no campo de batalha contra o inimigo, a provisão de fogo destrutivo contra forças inimigas ou alvos e a organização do apoio logístico diretamente aplicáveis aos empenhamentos” (Murray e Millet, 2010, p. 19)⁷. Numa outra perspetiva Brooks (2007, pp. 9-10) define *military effectiveness* como a “capacidade de criar poder militar com base nos recursos básicos do estado em bem-estar, tecnologia, dimensão da população e capital humano”, acrescentando que “pode ser medida pelo grau no qual as forças militares exibem quatro atributos cruciais: integração (*integration*) da atividade militar dentro e através de diferentes níveis; capacidade de resposta (*responsiveness*) aos constrangimentos internos e ao ambiente externo; competências (*high skill*), medido pela motivação e competências básicas do pessoal; e qualidade (*high quality*) que tem a ver com a dimensão do armamento e equipamento do Estado⁸. O interessante nesta abordagem é que a autora considera que as quatro propriedades são essenciais à *military effectiveness* mas que esta é uma variável

4 Por uma questão de fidelidade ao termo optou-se por o manter no original em inglês.

5 Tradução nossa.

6 Os autores defendem que “sem *political effectiveness*, todos os outros tipos de *effectiveness* ficam em perigo” o que constitui, assumidamente, um facto no caso particular do comando das unidades do Exército Português empenhadas em operações de combate na Grande Guerra – quer em África quer na Europa – pois, como referido anteriormente, desde a implantação da República que se vivia a nível nacional um ambiente de extrema instabilidade político-social que se repercutia também no Exército Português e lhe minavam a disciplina e, por consequência, a sua capacidade de combater.

7 Tradução nossa.

8 Tradução nossa.

dependente de outras independentes do quadro militar como sejam a cultura, a estrutura social, as instituições políticas, as relações civis-militares, a competição intraestatal e outros fatores internacionais como sejam as normas globais e as organizações internacionais. Destaca, ainda, um conjunto de atividades militares como variáveis causais, ou seja, aquelas através das quais as mudanças nas variáveis independentes influenciam a *military effectiveness*. As atividades militares elencadas incluem: o *assessment* estratégico; o comando e controlo estratégico; informações e monitorização interna; seleção, promoção e rotação de oficiais; comando e controlo tático; treino e educação. A questão da *military effectiveness* ou do *combat performance*⁹ tem sido objeto de estudos e análises merecendo, naturalmente, uma adaptação ao objeto de estudo. Nesta matéria importa ainda destacar outras referências que orientadas especificamente para o regime político do Estado cujo *combat performance* se pretende avaliar, alertam para a importância do desempenho do soldado e da eficácia organizacional (Reiter e Stam III, 1998) e outras que exploram os recursos materiais (em quantidade e qualidade), tipo de regime, capital humano, as relações civil-militar e cultura nacional (Biddle e Long, 2004).

Para o projeto em curso, e na fase inicial de conceber um conjunto de indicadores capazes de mensurar o “empenhamento operacional” – ideia que procura englobar todas as atividades necessárias até ao combate – e o “desempenho em combate” – concebido como interação física com o adversário¹⁰ – socorremo-nos de uma primeira abordagem que naturalmente nos encaminhava para aspetos correlacionados com o moral – como sejam o número de prisioneiros, de deserções, e baixas devidas a doença – e outros como influenciadores ou determinantes para o moral – como são o armamento disponível, a quantidade e a qualidade dos efetivos. Qualquer um destes conjuntos é plausível de uma análise quantitativa e/ou qualitativa (Fennell, 2014). Na procura de indicadores caracterizadores das unidades, aspetos como “baixas e níveis de doença”, “efetivos existentes”, “ratio oficial-soldados” e “questões disciplinares” são também determinantes (Wilcox, 2014). Ou seja, há a necessidade de caracterizar as unidades – treino, experiência, efetivos em pessoal e material orgânicos e existentes e a sua evolução ao longo da campanha; o mesmo com a disciplina, incluindo deserções e outras situações irregulares – mas também o seu percurso operacional incluindo as manobras preparatórias até ao combate – rácios de tempo e espaço por tipologia de operação: ofensiva, defensiva – e o combate propriamente dito – interação efetiva com o inimigo em resultados de terreno

9 Na bibliografia os conceitos confundem-se, incluindo um outro de *battlefield performance*.

10 A ideia de dividir “empenhamento operacional” e “desempenho tático” advém do facto de haver unidades que não chegando a combater – por razões que lhe podem ser alheias – estiveram fortemente empenhadas no contexto de uma manobra mais global e por isso merecem ser objeto de estudo.

conquistado/perdido, baixas infligidas/sofridas, etc.. Estes resultados permitirão analisar a consequência da “interação *skill*-material”, em que a *skill* é a variável causal não-material – treino, liderança, experiência de combate – que se traduz na capacidade de reduzir o tempo de exposição ao fogo inimigo e por isso garantir maior sobrevivência das forças (Biddle, 2007).

Quadro 2 – Indicadores e parâmetros de sistematização das unidades

Contributos para a sistematização do empenhamento (operacional e de combate) das unidades	
Indicadores	Parâmetros
Caracterização	Efetivos pessoal (orgânicos e existentes, com a sua evolução cronológica); armamento e equipamento (orgânicos e existentes, com a sua evolução cronológica); justiça (deserções, punições, atos de bravura, etc.); tempo de treino, instrução e adaptação ao Teatro de Operações:
Empenhamento operacional	Rácios de tempo e espaço por tipologia de operação: ofensiva/defensiva; tempo de regeneração;
Desempenho em combate	Terreno conquistado/perdido, baixas (material e pessoal) infligidas/sofridas,

Nesta fase, as fontes primárias incontornáveis são os relatórios dos próprios comandantes bem como os registos – mapas da força, correspondência, etc., – das unidades, embora nalguns casos inexistentes como é o exemplo das unidades envolvidas no combate de Naulila, em 1914, na sequência da 1.^a Expedição para o Sul de Angola. Biddle (2007) relembra que a natureza do combate tem dois lados, ou seja, não importa analisar isoladamente os pontos fortes de um dos contendores, essa análise deverá ser sempre condicionada pelo que é o inimigo em questão. Por esta razão nesta linha de investigação tenta-se incluir, sempre que possível, a perceção de adversários e aliados sobre a performance da unidade. Memórias e diários são também determinantes embora exigindo leitura atenta (Kleinreesink, 2014).

O projeto encontra-se na fase de recolha de dados para a sistematização da informação.

O Caminho a Percorrer

O percurso metodológico aqui apresentado tem vindo a ser construído com base nos dados que vão sendo recolhidos mas também do processo de reflexão e análise dentro do próprio projeto. O objetivo do projeto, a natureza profissional da maior parte da equipa de investigadores e a escassez de alguns recursos, principalmente de tempo – mas também de trabalhos académicos sobre o Exército Por-

tuguês –, têm condicionado este percurso, que não deixa de ser extraordinariamente aliciante.

Referências

- Assis, R., 2015. Comandantes em África (1914-1918). Uma Geração Infortuna. In: C. F. Afonso e V. L. Borges, coord., *Portugal e as Campanhas de África: da Imposição de Soberania à Grande Guerra*. Lisboa: IESM. Disponível em <http://www.iesm.pt/cisdi/images/pdf/ares8.pdf>.
- Barry, S. T., 2013. *Battalion Commanders at War*. Lawrence: University Press of Kansas.
- Biddle, S., 2007. Explaining Military Outcomes. In: R. A. Brook e E. Stanley, eds., *Creating Military Power: The Sources of Military Effectiveness*. Stanford: Stanford University Press.
- Biddle, S.; Long, S., 2004. Democracy and Military Effectiveness: A Deeper Look. *The Journal of Conflict Resolution*, 48(4), pp. 525–546.
- Bowman, T.; Connelly, M., 2012. *The Edwardian Army: Recruiting, Training and deploying the British Army, 1902-1914*. Oxford: Oxford University Press.
- Brennan, P., 2006. Good Men for a Hard Job: Infantry Battalion Commanders in the Canadian Expeditionary Force. *The Canadian Army Journal*, 9(1), pp. 9–28.
- Brooks, R. A., 2007. *The Impact of Culture, Society, Institutions, and International Forces on Military Effectiveness*. Stanford: Stanford University Press.
- Carreiras, H.; Castro, C., eds., 2013. *Qualitative Methods in Military Studies*. London: Routledge.
- Carrilho, M., 1985. *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no Século XX*. Lisboa: INCM.
- Castro, C., 2013. Anthropological Methods and the Study of the Military: The Brazilian Experience. In: H. Carreiras e C. Castro, eds., *Qualitative Methods in Military Studies*. New York: Routledge, pp. 8-16.
- Fennell, J., 2014. Morale and Combat Performance: An Introduction. *Journal of Strategic Studies*, 37(6-7), pp. 796–798.
- Freire, J., 2011. *Elementos de Cultura Militar*. Lisboa: Edições Colibri.
- Freire, J., 2009. Poder Político e Sociedade. *Nação e Defesa*, 4(123), pp. 135–174.
- Freire, M.; Varanda, A., 2014. Aprender para Combater: a formação académica e técnica dos oficiais comandantes das unidades mobilizadas para África no período 1914-1918. Conferência no XXIII Colóquio de História Militar. Lisboa.
- Hodgkinson, P. E., 2015. *British Infantry Battalion Commanders in the First World War*. Surrey: Ashgate Publishing Limited.
- Jones, S., ed, 2013. *Stemming the Tide. Officers and Leadership in the British Expeditionary Force 1914*. Solihull: Helion and Company.

- Kirke, C., 2013. "Insider anthropology". In: H. Carreiras e C. Castro, eds., *Qualitative Methods in Military Studies*. New York: Routledge, pp. 17-30.
- Kleinreesink, E., 2014. Research "the most dangerous of all sources". Egodocuments. In: J. Soeters, P. Shields e S. Rietjen, eds., *Routledge Handbook of research Methods in Military Studies*. Oxon: Routledge. Disponível em https://works.bepress.com/esmeralda_kleinreesink/12/download/.
- Lynn, J. A., 2008. *Battle. A History of Combat and Culture*. New York: Basic Books.
- Matos, L. S. de., 2004. República: Um 'Corpo com Alma'. In: M. T. Barata e N. S. Teixeira, eds., *Nova História Militar de Portugal* (Vol. 4). Lisboa: Circulo de Leitores, pp. 117-142.
- Millet, A. R.; Murray, W.; Watman, K. H., 2010. The Effectiveness of Military Organizations. In: W. Murray e A. R. Millet, eds, *Military Effectiveness: The First World War* (Vol. I). New York: Cambridge University Press, pp. 1-30.
- Reiter, D.; Stam III, A. C., 1998. Democracy and Battlefield Military Effectiveness. *Journal of Conflict Resolution*, 42(3), pp. 259-277.
- Simpson, K., 2014. The Officers. In: I. F. Beckett e K. Simpson, eds., *A Nation in Arms. The British Army in the First World War*. Yorkshire: Pen & Sword Military, pp. 64-97.
- Telo, A. J., 2010. *Primeira República I. Do sonho à realidade*. Lisboa: Editorial Presença.
- Villemi, P., 2010. Main Features of the Operational and Tactical Leadership in the Estonian War of Independence (1918-1920). *Baltic Security and Defence Review*, 12(1), pp. 158-183.
- Watson, A., 2008. Culture and Combat in the Western World, 1900-1945. *The Historical Journal*, 51(2), pp. 529-546.
- Wilcox, V., 2014. Morale and Battlefield Performance at Caporetto, 1917. *Journal of Strategic Studies*, 37(6-7), pp. 829-854.
- Winter, J., 2014. Army and Society: the Demographic Context. In: I. Beckett, ed., *A Nation in Arms. The British Army in the First World War*. Yorkshire: Pen & Sword Military, pp. 194-209.